

40º Encontro Anual da Anpocs

SPG 17 - Juventudes: trajetórias, sociabilidades e performatividade

Da infância à juventude: a trajetória dos “sem lugar” que vivem nas ruas de Porto Alegre

Anelise Gregis Estivalet

Introdução

Pesquisar acerca de meninos/as que vivem nas ruas do Brasil não é uma tarefa fácil. Ao contrário, é uma proposta que trilha caminhos tortuosos e difíceis. Primeiro, porque pesquisamos sobre crianças e jovens que experimentam o abandono e a sobrevivência nas ruas. Segundo, porque uma criança ou um jovem é levado pelos contextos social e familiar a ter esse tipo de vida. Ir para a rua torna-se a última alternativa, constituindo, antes de tudo, um ato de coragem. A rua constitui-se em um espaço possível, uma estratégia de sobrevivência. Carmem Craidy (1998), em seu livro *Meninos de rua e analfabetismo*, traz resultados de uma experiência de alfabetização realizada em Porto Alegre no ano de 1991. Nesse trabalho, ela discute a significação da língua escrita, buscando uma mediação entre o que são e como vivem os meninos de rua e a construção do significado da língua escrita em suas vidas, situando os processos de exclusão social decorrentes do analfabetismo. Segundo Craidy (1998),

A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. Não é lugar de liberdade (ainda que seja por muitos vista como tal), mas um lugar de confinamento (CRAIDY, 1998, p. 22).

A experiência de oito anos como educadora de crianças e jovens que vivem nas ruas, atendidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre me levou a escolher como tema para esta pesquisa a trajetória¹ de jovens de 17 a 20 anos, investigando o modo como ocorreu sua saída, os momentos mais significativos (na perspectiva dos sujeitos) e a situação desses jovens no momento da investigação. Acredito que esta seja uma forma de atentar para os problemas vivenciados pelos jovens, como a morte precoce e o uso abusivo de drogas, como o *crack*, que vem assolando a vida dos meninos de rua em Porto Alegre. Também creio que, ao mostrar os relatos desses quatro jovens que estão entrando na maioridade e suas disposições a adotar uma trajetória de vida diferente, é possível vermos de outra forma a vida dos “meninos de rua” e não apenas condená-los ao fatalismo da morte. Os relatos de nossos jovens demonstram uma boa vontade em mudar, em acreditar que o futuro pode ser diferente.

Durante o período em que cursei Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio

¹ A noção de trajetória representa uma série de posições sucessivas ocupadas por um agente (ou por um mesmo grupo) num espaço, ele mesmo em devenir e submetido a incessantes transformações, conforme Bourdieu (1996).

Grande do Sul (UFRGS), tive a oportunidade de trabalhar com crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social durante as atividades de extensão universitária, realizadas através do Projeto Convivência. Realizava um trabalho no Centro Infantil-Juvenil Zona Sul (CIJZS), localizado na região da vila Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, local este que as crianças e os jovens frequentavam no turno inverso ao período em que se encontravam na escola.

O interesse acadêmico pelo tema dos “meninos/as de rua” iniciou-se em 2003, quando concluí minha graduação e defendi minha monografia intitulada *O trabalho como princípio educativo nas oficinas de aprendizagem do Centro Infantil-Juvenil Zona Sul de Porto Alegre/1999 – 2002*, que teve como tema principal a análise de oficinas de aprendizagem realizadas com crianças e jovens no CIJZS, mais especificamente o retorno que tais crianças e jovens recebiam para o seu desenvolvimento como cidadãos.

O interesse reforçou-se a partir de 2004, momento em que passei a trabalhar junto ao Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) como educadora social responsável pela abordagem de crianças e jovens que vivem nas ruas. O SESRUA tinha por objetivo “realizar abordagens iniciais para verificação de situações de risco e, por meio de vínculo estabelecido, investir na construção do desejo de sair da rua, tendo como retaguarda uma rede especializada e descentralizada de serviços” (COSTA, 2002, p. 185).

Esta pesquisa justifica-se inicialmente pela frequente visão que as pessoas e as instituições têm desses indivíduos, gerando, muitas vezes, uma ideia estigmatizada, que não contribui para o sucesso das políticas públicas destinadas a essas crianças e jovens; em segundo, pela percepção de que as iniciativas institucionais devem considerar os/as meninos/as que vivem nas ruas como sujeitos de deveres e direitos e garantir a eles/as a atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e para o exercício da cidadania².

Defini como objetivo geral pesquisar sobre o jovem que vive na rua e sua relação com o cotidiano em que está inserido. Melucci (2005) nos diz que uma das dimensões cruciais da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as

² Cidadania é aqui entendida como uma representação social que se faz da política, daquilo que cada sujeito histórico entende como seu direito e sua disponibilidade de ação.

oportunidades e os limites para a ação. Segundo ele, o atentar para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análise unicamente quantitativos.

Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 29).

Nesse sentido, tive como objetivos específicos o desejo de entender: 1) o modo como ocorre a saída da criança e/ou do jovem para a rua; 2) a relação mantida com os pais ou responsáveis antes e depois desse fato; 3) os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida; e 4) as suas percepções e vivências mais significativas.

Trabalhei com a hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência. E, a partir das entrevistas realizadas, percebi que essa hipótese se confirmou. Parti da ideia de que os jovens que estão vivendo nas ruas se confrontam com dois limites ao entrarem na maioridade: o tempo biológico (moratória vital) e o espaço (circuitos urbanos).

Durante a realização do trabalho na escola, várias foram as manifestações de satisfação dos jovens em estarem sendo ouvidos. As entrevistas foram realizadas em uma sala junto à escola, que ficava um pouco afastada, para que o barulho não atrapalhasse os trabalhos. No entanto, várias foram as vezes em que, enquanto eu estava conversando com um dos jovens, os outros abriam a porta da sala. Uns olhavam, outros perguntavam algo e, ainda, terceiros vinham informar que, se ele não fosse naquele momento, iria perder o lanche. Vários foram os dias, também, em que me convidaram para tomar café junto com eles numa espécie de interesse em me cativar e agradecer pelo que estava fazendo.

A oficina de produção de papel reciclado, da qual dois dos quatro meninos entrevistados faziam parte, não foi objeto de pesquisa, mas várias vezes fiquei aguardando que encerrassem a atividade que estavam fazendo para que depois pudéssemos conversar. Sempre que produziam algo – capas de agenda, cadernos, agendas telefônicas –, faziam questão de me mostrar o produto de seu trabalho.

Trilhando caminhos

A motivação para realizar deste trabalho, como já mencionei, teve origem em minha experiência profissional. E foi justamente graças a essa vivência que comecei a me preocupar com a entrada na maioria de jovens com os quais trabalhava, fato que isso seria de grande importância para a obtenção dos dados que me interessavam para a pesquisa.

Primeiramente, tive que me apropriar, através do SESRUA da PMPA, de documentos institucionais que continham registros significativos sobre as histórias dos jovens com os quais pretendia trabalhar. O objetivo dessa análise foi o de acrescentar aos relatos feitos pelos jovens as observações por escrito feitas por educadores e técnicos. Realizei uma revisão bibliográfica sobre as pesquisas realizadas acerca do tema dos “meninos de rua” e sobre a história das políticas públicas de assistência social às crianças e aos jovens no Brasil.

Pressupus que uma pesquisa etnográfica poderia dar maior riqueza de detalhes aos dados com que estava disposta a trabalhar. A pesquisa etnográfica propõe ao pesquisador que vá a campo com um novo olhar, após a apropriação de pesquisas e teorias ligadas à problemática a ser estudada, fazendo uma leitura longitudinal do processo de construção de cada sujeito e da sua atual dinâmica de vida. É uma tentativa de se familiarizar com o estranho e estranhar o familiar (VELHO, 1994). O objetivo é captar os processos em movimento. Para Fonseca (1995, p.2) “[...] o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente e seu interlocutor e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua”. Dessa forma, o trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e na realização de entrevistas. Para Sarti (1996):

As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São a prova rara do conhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo (SARTI, 1996, p. 24).

A pesquisa foi realizada em um dos locais onde os meninos mais conviviam: a Escola Municipal Porto Alegre (EPA), localizada na zona central da cidade de Porto Alegre, próxima ao Rio Guaíba. A escolha deveu-se ao fato de ser um local que, além de

acolher crianças e jovens em situação de rua, proporciona ensino. Não oferece apenas ensino regular, mas também oficinas de trabalho educativo, tendo por objetivo

[...] ser um espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, assegurando à criança e ao adolescente socialmente excluído o acesso ao conhecimento elaborado historicamente, a partir da socialização e reconstrução deste conhecimento, potencializando ações voltadas para o trabalho educativo na perspectiva da construção de um projeto de vida autônomo (COSTA, 2002, p.125).

Nas primeiras visitas à escola, procurei conhecer o ambiente, o espaço físico, as atividades realizadas, as pessoas que ali trabalham, bem como as crianças e os jovens que frequentam o espaço. As entrevistas foram realizadas em um período de três meses: agosto, setembro e outubro de 2007.

Os convites iniciais aos meninos para fazer as entrevistas foram feitos por mim, explicando que queria conversar sobre a “vida dos meninos de rua”. A diretora da escola e a vice-diretora foram bastante receptivas ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis e disponibilizando um espaço no qual pudéssemos conversar a sós e com tranquilidade com os educandos. No caso das meninas, fiz três tentativas com três diferentes meninas, que se negaram a conversar sobre o assunto. Uma delas ressaltou: “*Não gosto de falar da minha vida, tudo o que aconteceu desde a minha infância foi triste e o que não foi triste aconteceu por causa de algum fato triste antes*” (Ca., 18 anos). Outra menina justificou: “*Não quero falar do presente porque também é ruim e não sei se vou ter futuro*” (C., 18 anos). A terceira disse-nos que simplesmente “*não queria conversar*” (V., 17 anos), de modo que, depois dessas tentativas, resolvi não insistir mais. Cabe ressaltar que o espaço da rua é predominantemente masculino.

Foi a partir de um roteiro temático que procurei conhecer a trajetória de vida de cada um. A elaboração do roteiro temático da entrevista fundamentou-se na hipótese inicial da pesquisa de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, seriam capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, e com o cotidiano que os rodeia. Foi por isso que estruturei o roteiro de entrevista tendo como base três momentos significativos desse processo: os momentos que antecederam sua ida para as ruas e como eram suas vidas em família; os motivos que os levaram a sair para as ruas; o período de permanência na rua e o momento atual de suas vidas. Nesses três momentos – a saída para a rua, a vida na rua e o momento atual –, procurei identificar o tipo de relação que,

objetiva e subjetivamente, mantiveram com os principais agentes de interação social nesse período, focando meu interesse nos seguintes temas: família, comunidade, escola, grupo de amigos e instituições de atendimento.

Coletei os dados para a pesquisa a partir dos relatos de quatro jovens em situação de rua, com idades entre 17 e 20 anos, que haviam tido a rua como seu local de moradia, identificando os fatores que contribuíram para a decisão de irem às ruas ou de saírem delas. A partir das entrevistas, objetivei recompor suas trajetórias de vida, tendo como referência que a vida é uma história inseparável do conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa desta, ainda que os acontecimentos não ocorram, necessariamente, numa sucessão cronológica: “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório” (ROBBE-GRILLET, 1984 apud BOURDIEU, 1996, p. 76).

As conversas duravam aproximadamente uma hora, sendo realizadas quatro entrevistas com cada um dos jovens. O material coletado foi utilizado na íntegra. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as informações foram sistematizadas em um quadro comparativo das respostas dadas pelos diferentes atores. A partir desse quadro, foi elaborada a análise apresentada neste trabalho.

Dessa forma, o campo da pesquisa foi realizado com alguns jovens já conhecidos e outros desconhecidos. Foram escolhidos jovens em situação de rua que tiveram acesso a diferentes instituições, sendo que eu trabalhei em uma delas, o que possibilitou a facilidade de acesso aos dados e documentos envolvendo a situação desses jovens. Tive, portanto, um universo de quatro jovens entre 17 a 20 anos, que vivem ou viveram em situação de rua. A opção de escolher jovens nessa faixa etária representa uma diferenciação, principalmente no contexto constitucional, que faz com que haja diferentes tratamentos por parte das políticas sociais. Até os 18 anos, as crianças e os jovens estão abrigados pela proteção integral abrangida pela legislação. Ao completarem 18 anos, esses mesmos jovens passam a ser legalmente responsáveis por seus atos e perdem benefícios legais, como direito a abrigo e alimentação em instituições diferenciadas, além de passarem a responder por crimes que venham a praticar, recebendo por estes penas integrais.

Desses quatro jovens, determinei que dois já seriam conhecidos, uma vez que atuei diretamente com eles por ocasião de meu trabalho de atendimento nas ruas, pois

acreditava que isso facilitaria a disponibilidade para as entrevistas. No entanto, concluí que os jovens que eu não conhecia mostraram-se mais disponíveis do que os outros. Talvez porque os conhecidos soubessem que eu já teria um pouco de conhecimento sobre suas trajetórias e, por isso, acreditassem não ter muito o que falar. É possível que também tenham pensado ter algum privilégio por me conhecerem. A opção, portanto, por trabalhar com jovens do sexo masculino deu-se pela menor presença de mulheres no espaço social dos moradores de rua, como já referido acima. Uma primeira análise dos prontuários forneceu-me o seguinte perfil dos entrevistados:

Tabela 1 – Perfil dos jovens que foram entrevistados

NOME	SEXO	IDADE DE ENTRADA/RUA	IDADE ATUAL	ESCOLARIDADE	ÚLTIMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
G	M	9 anos	19 anos	2ª série E.F.	ESCOLA PORTO ALEGRE
R	M	12 anos	18 anos	3ª série E.F.	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO
L	M	9 anos	20 anos	5ª série E.F.	ESCOLA PORTO ALEGRE
D	M	9 anos	17 anos	5ª série E.F.	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO

Fonte: da autora.

A Tabela 1 demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com 9 anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: EPA, que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua, e o Acolhimento Noturno, que era um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma situação. Este previa a redução de danos, oferecendo serviços somente à noite, e é um local onde tomam banho, fazem refeições, realizam atividades lúdicas e pedagógicas e dormem. No Acolhimento Noturno, os jovens ingressavam até às 19h e saíam às 7h da manhã seguinte. Foi fechado em 2012. Atualmente, não há outro serviço na rede que preste atendimento análogo.

Os relatos foram levantados através de entrevistas semiestruturadas com os quatro jovens. Compostas por frases curtas e incompletas, as questões solicitavam a eles que as completassem com a primeira ideia que lhes ocorresse. Em estudos realizados com essa metodologia (RAFFAELI et al., 2001 apud NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002), a reação

imediate a uma sentença aberta eliciava respostas espontâneas, sem tempo para a censura. Mais ainda: o fato de as sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que as completasse, sem que ele mesmo tivesse de elaborar uma frase estruturada. Outro instrumento de pesquisa utilizado para registrar os dados de campo foi a fotografia. Esta se revelou um instrumento para auxiliar no diário de campo, objetivando registrar situações que, posteriormente, foram descritas.

Compartilho da posição de Melucci (2005, p.29) ao destacar que pesquisar acerca dos meninos que vivem nas ruas “muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo”.

A política destinada à situação de rua de crianças e jovens em Porto Alegre

Uma das primeiras iniciativas na área da situação de risco de Porto Alegre aconteceu em 1993, com a implantação do Projeto Jovem Cidadão, englobando o trabalho de três secretarias (Saúde, Assistência Social e Educação). Esse projeto pretendia constituir-se em atendimento integral a crianças e adolescentes em situação de risco, servindo como um atendimento de retaguarda aos conselhos tutelares³.

Em 1994, ocorre a I Conferência Municipal da Criança e do Adolescente e do Pacto pela Infância⁴, estabelecendo diretrizes para o atendimento à infância e juventude, ressaltando como prioridade o enfrentamento da situação de rua e de drogadição.

Nesse período, com a instituição da LOAS e a municipalização da assistência social, a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC)⁵ passou a gerir o setor, assumindo o compromisso de propor e desenvolver programas e projetos voltados ao atendimento à assistência social.

Entre os programas implementados, a FESC constituiu uma equipe de Educação Social de Rua (ESR) com o objetivo de mapear a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua na região central da cidade, buscando estabelecer vínculos e possibilidades de superação dessa situação.

Nesse momento, inicia-se também o processo de constituição da EPA, que primeiramente foi chamada de Escola Aberta do Centro e está vinculada à Secretaria

³ O conselho tutelar é um órgão permanente e autônomo, nãojurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definição da Lei federal nº 8.069, de 1990.

⁴ O Pacto pela Infância foi uma articulação entre a sociedade civil e o poder público municipal que discutiu a realidade da criança e do adolescente, estabelecendo 30 metas como prioridades a serem cumpridas pela garantia de direitos.

⁵ Passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Municipal de Educação, voltada ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e à organização dos saberes, visando a retomada dos projetos de vida desses indivíduos.

Em 1996, foi implantado o Programa de Apoio Sócio-Familiar, a partir da experiência do Projeto Sinal Verde, que aconteceu em 1995, com o objetivo de trabalhar com famílias que viviam a realidade de crianças e adolescentes na mendicância.

Ainda em 1996, desenvolve-se uma parceria com a sociedade civil por meio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, através de uma ação conjunta e articulada com o Serviço de Educação Social de Rua, para a realização de abordagens a crianças e adolescentes com história de vida na rua.

Em 1997, o Ambulatório Pró-Jovem⁶ passa a integrar a rede municipal de saúde. O serviço, que era então mantido pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, havia sido extinto em 1996. A partir da municipalização, passa a atender às crianças e aos adolescentes, com idade entre 10 e 20 anos incompletos, vítimas de abuso sexual.

Ainda em 1997, organizou-se um grupo de trabalho entre as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e Governança para estruturar o I Colóquio Família, Rua e Drogadição, com o objetivo de discutir com o governo e a sociedade civil as ações de enfrentamento da situação de rua e drogadição. Inicia-se também o Projeto Usina do Papel, ação realizada na área do trabalho educativo, com vistas a incidir na possibilidade de geração de renda para adolescentes e jovens adultos.

Em 1998, realiza-se um diagnóstico que acabou revelando a disseminação do vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) entre crianças e adolescentes em situação de rua em função do compartilhamento de seringas no uso de droga injetável e da exploração sexual. Nesse ano é também realizado um Fórum Interinstitucional que discutiu o uso abusivo de solventes (loló) e o reconhecimento de que é a droga mais utilizada por crianças e adolescentes em situação de rua.

Dessa forma, criou-se o Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas (PAICAUSPA), tendo como tarefa inicial priorizar ações focadas no uso abusivo de substâncias psicoativas. Contudo, em seu processo de consolidação, realizou-se o debate do que veio a ser um enfrentamento em escala maior:

⁶ O Ambulatório Pró-Jovem atende a adolescentes vítimas de maus-tratos, abuso sexual e uso de substâncias psicoativas, desenvolvendo abordagens de psicoterapia individual, grupos terapêuticos e atendimentos clínicos em saúde articulados com outros serviços do município.

a exclusão social e o conjunto de ações a serem executadas, de maneira articulada, pelas políticas sociais. Em 2001, esse programa passou a ser nomeado como Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, já que não se fazia mais necessário ressaltar no nome “usuário de substâncias psicoativas”, pois já existia um serviço que atendia a tal necessidade. O programa passa, então, a ter o desafio de ser um sistema de inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua para a cidade.

É nessa época que o UNICEF passa a subsidiar vários programas da Prefeitura, repassando recursos financeiros para alguns projetos como: Bolsa-Família, Bolsa-Adolescente (1998), Capacitação Continuada, Leitos para Adolescentes, Comunicação, Assessoria e Avaliação.

Em 1999, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul organiza o Fórum Metropolitano para articular ações de enfrentamento à situação de rua e drogadição na região da Grande Porto Alegre (GRANPAL). Realiza-se, ainda, o I Seminário de Enfrentamento à Situação de Rua e de Drogadição, organizado pela Rede de Proteção Especial do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Em 2000, também se instalam diversos espaços de atendimento: a Casa de Acolhimento, um abrigo para crianças e jovens em situação de rua vinculado à Assistência Social; a Casa Harmonia, um espaço de tratamento da drogadição, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde; e o Acolhimento Noturno, um espaço de pernoite para adolescentes com história de vida na rua.

Em 2001, começam a ser implantadas oficinas culturais e esportivas como apoio ao SEMRUA e são realizadas oficinas no I Fórum Social Mundial. Já em 2002, são realizadas oficinas no II Fórum Social Mundial com a participação de vários adolescentes. Ocorre também o II Fórum Estadual da Rua. Nesse mesmo ano, o Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (PAICA-Rua) realizou um diagnóstico quantitativo da população de rua infanto-juvenil e identificou 176 meninos e meninas que moram nas ruas em um total de 452 crianças e adolescentes que se encontram nas ruas da cidade, ou seja, 276 crianças ainda retornavam para casa em algum período do dia, enquanto 176 não retornavam mais. A Tabela 2 apresenta fazemos um comparativo dos dados de 2001 até 2011:

Tabela 2. Comparativo de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre (2001-2011)

	Absoluto							
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2011
Total	338	452	400	449	593	611	1515	1134

Fonte: trabalho de campo.

Tabela 3. Comparativo entre Porto Alegre e GRANPAL em função do número de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre entre 2001-2011

Região de Origem/Ano	Absoluto			(%)		
	2001	2002	2011	2001	2002	2011
Porto Alegre	338	461	1134	73,7	81,0	96,4%
Grande Porto Alegre	79	164	43	26,3	19,0	3,6%
Total	417	625	1177	100,0	100,0	100,0

Fonte: trabalho de campo.

A partir do ano de 2005 são fornecidos dados mais detalhados no que diz respeito ao gênero, à faixa etária e ao número de abordagens de crianças ou adolescentes pela primeira vez em situação de rua:

Tabela 4. Crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre por sexo (2005/2011)

SEXO	(%)	
	2005	2011
Feminino	28,84	31%
Masculino	71,16	69%
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: trabalho de campo.

Comparando os dados da Tabela 4, entre 2005 e 2011, percebe-se que a maior parte das crianças e dos adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre é do sexo masculino (71,16% e 69%, respectivamente). Com relação à faixa etária, a Tabela 5 indica que tanto em 2005 (52,11%) quanto em 2011 (47,1%), das crianças e dos jovens encontrados nas ruas de Porto Alegre, a maioria tem entre 12 e 18 anos. No entanto, percebemos que há pouca diferença entre o percentual de adolescentes e o de crianças, que também é alto (44,85% e 41,3%, respectivamente). Com relação aos jovens adultos,

percebe-se que entre 2005 e 2011 há um significativo aumento, passa de 3,04% para 10,7%, o que nos indica que, provavelmente, uma boa parte dos adolescentes que estavam em situação de rua em 2005 tenha se tornado jovens adultos na mesma situação. O mesmo ocorre com o número de adolescentes.

Tabela 5. Crianças, adolescentes e jovens adultos encontrados nas ruas de Porto Alegre (2005/2011)

	ABSOLUTO		(%)	
	2005	2011	2005	2011
Criança	266	524	44,85	41,3
Adolescente	309	598	52,11	47,1
Jovem Adulto	18	136	3,04	10,7
Total	593	1270	100,0	100,0

Fonte: trabalho de campo.

No que se refere aos dados de novos casos de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre a cada ano, percebemos que há um aumento significativo. Em 2005, Porto Alegre registrou que, além das 449 crianças e adolescentes que já ficavam nas ruas em 2004, mais 144 passaram a ficar nas ruas. Se atentarmos para uma comparação entre 2005 e 2011, temos um aumento de mais de 100% no número de crianças encontradas nas ruas. Com relação aos adolescentes, passamos de 309 para 598 casos, praticamente o dobro. Essa diferença de 289 adolescentes pode ser tanto de casos novos quanto, como ocorreu com os jovens adultos, de crianças que apareciam nos dados de 2005 estivessem, enquanto adolescentes, na mesma situação de rua em 2011.

Tabela 6. Crianças e adolescentes encontrados pela primeira vez nas ruas de Porto Alegre por sexo (2005)

SEXO	ABSOLUTO	%
Feminino	47	32,64
Masculino	97	67,36
Total	144	100,0

Fonte: trabalho de campo

Ainda em 2004, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atendendo ao projeto da FASC intitulado “Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em situação de Risco Social da Grande Porto Alegre”, realizou a pesquisa *Perfis e Mundo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Grande Porto Alegre*. Essa

pesquisa trouxe vários dados que são apresentados a seguir.

O número de crianças e adolescentes encontrados nas sete cidades pesquisadas da GRANPAL foi de 825, sendo que 79% são do sexo masculino e 21%, do feminino. Porto Alegre representa maior incidência do sexo feminino (23,7%).

Quando analisados por faixa etária, percebemos que a maior incidência está nas faixas dos 12 aos 14 anos (31,7%) e dos 15 aos 18 anos (32,7%), com um índice mais baixo de crianças de sete a 11 anos (26,5%). A menor incidência está na faixa dos zero aos seis anos (8,3%). O número significativo de crianças de zero a seis anos (8,3%) que se encontram em situação de rua, na maioria dos casos, indica que estão acompanhadas de uma pessoa adulta.

O motivo pelo qual ocorreu a saída de casa para a rua para os que ainda têm a rua como local de sobrevivência foi fugir de um ambiente hostil, considerado insuportável entre os que têm de sete a 11 anos (51,9%) e entre os que têm de 12 a 14 anos (24,4%). Também há os que passaram a viver nas ruas quando tinham menos de sete anos (15,3%).

Quanto ao tempo em que crianças e adolescentes estão vivendo nas ruas, alguns estão há menos de um ano (12,7%), outros estão na rua por um período entre nove e 15 anos (10,1%) e mais da metade deles está vivendo nas ruas há menos de quatro anos (57%), como vemos na Tabela 7.

Tabela 7. Tempo que está na rua

Tempo em anos	Porto Alegre
Há menos de 1 ano	12,7
De 1 a 2 anos	18,0
De 2 a 3 anos	11,1
De 3 a 4 anos	15,3
De 4 a 6 anos	15,3
De 6 a 9 anos	11,1
De 9 a 15 anos	10,1
Não sabe	3,7
Não respondeu	2,6
Total	100

Fonte: UFRGS (2004).

Os dados apresentados demonstram uma situação de permanência e não de transitoriedade. Preocupam-nos que o processo de ida para a rua não tenha sido controlado, uma vez que muitas crianças e adolescentes estão vivendo nela há menos de um ano (13%).

Os principais motivos apontados para ingressar nas ruas são para ajudar a família (48%), porque gosta ou por opção (21,2%) e como fuga de maus-tratos na família (8,5%). Quanto à raça, as crianças e os jovens foram identificados como brancos (32%), como negros (29,7%) e como pardos (35,6%).

Com relação ao local de residência do pai, os dados demonstram que há uma discordância com o local de residência da mãe. Para alguns (16,9%), o pai é falecido, desconhecido ou ignorado. Da grande maioria que respondeu ter mãe (94,4%), muitos disseram que ela faz parte de sua família (81,5%). Daqueles que disseram ter pai (77,4%), menos da metade o considera membro de sua família (48,8%). Dos que disseram ter irmãos (98,8%), muitos moram com eles (73,4%) e outros os consideram como membros da família (77,4%).

Vários moram com o pai ou padrasto (57,3%) ou com a mãe (69,8%). Avós (29%), tios (29%), primos (17,3%), cunhados (2,4%), padrinhos (2%) e amigos (1,6%) também foram citados como membros da família. A convivência na rua ocorre mais com companheiros ou amigos (40,7%) ou irmãos (25,4%) considerados pessoas de confiança. Há ainda os que convivem com os pais (15,3%) e os que passam a maior parte do tempo sozinhos (13,7%).

Os locais onde dormem correspondem à casa ou família (77,8%) e aos “mocós”⁷(11,7%) ou abrigos (7,7%). Os motivos que levam os que não retornam para casa a dormirem na rua são: não querer (21,3%), não ter transporte ou dinheiro para pagá-lo (14,9%), sentir-se maltratado em casa (14,9%) ou gostar da rua (11,5%).

No que se refere à escolarização, há uma alta taxa de crianças e adolescentes que não estão frequentando-a (31,7%), sendo que 3,5% nunca a frequentaram. Conforme aumenta a idade, diminui a frequência à escola. Entre as crianças de sete a 11 anos, muitas disseram frequentar a escola (84,4%), enquanto entre os jovens de 15 a 18 anos esse índice se reduz a menos da metade (41,7%). Alguns afirmam que vão à escola todos os dias (58,7%).

⁷“Mocó” é uma expressão êmica usada para designar esconderijo e/ou moradias irregulares.

Por último, é interessante salientar que a maioria dos entrevistados disse não se considerar meninos/as de rua (73,1%). Este resultado é interessante e pode representar a falta de sintonia de educadores e especialistas do tema, que insistem na utilização da expressão, em relação à rejeição do estigma por parte de crianças e jovens que se encontram em situação de rua.

Em abril de 2007, o serviço de abordagem de rua de Porto Alegre, antes denominado SESRUA, passou por uma reformulação, recebendo agora a denominação Ação Rua. Constituído por 11 núcleos, distribuídos em diferentes regiões da cidade e divididos por bairros, o Ação Rua pretende que as equipes de educadores de cada núcleo realizem abordagens já na região de origem das crianças e dos jovens em situação de rua.

Como era a sua família?

G. morava com a mãe e os irmãos e, em alguns momentos, com companheiros de sua mãe. Seu pai não morava com eles, nem os visitava: *“Eu morava com a minha mãe antes, né, com minha mãe e com os meus irmãos: J., G. e com o J.M.”*. A mãe teve os filhos de vários relacionamentos: *“Conheci ele [o pai] uma vez que ele foi lá em casa leva o J., que o J. morava lá com ele, que ele também é filho do meu pai. Os meus outros irmãos são de outros cara”*. O pai de G. nunca pagou pensão alimentícia para nenhum dos filhos: *“Ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos”*. Repetindo uma prática comum nas famílias de baixa renda, G. foi morar com a avó: *“Aí eu pedi pra morá com a minha vó, porque a minha vó queria cuidá dos neto”*. Declara ter um bom relacionamento com a avó materna, a que conheceu:

A minha vó é tri porque a vó é a segunda mãe do cara, que nem a madrinha que é a segunda mãe também, e a vó é mais porque é da família, é do sangue do cara, né, meu, por isso que ela é a segunda mãe também, e quando eu chego lá ela me dá os bagulho pra eu comê, assim, sempre fala que é pra mim comê: *“vai lá comprá pão pra ti tomá café”*, sempre me dá uma rôpa, uma camisa e fala *“porque não vem morá com nós aqui?”*.

A família de D. também era numerosa (oito irmãos), mas todos eram filhos da mesma união. Quando ainda pequeno, D. também veio a residir com uma “madrinha” em Porto Alegre, a qual era irmã de sua mãe: *“Aí eu conheci a minha madrinha por causa que ela foi lá me buscá, né, pra me adotá, porque ela é minha tia”*. Segundo ele, essa

madrinha não tem filhos biológicos e:

Já tinha pegado a minha irmã, porque quando a minha irmã nasceu minha mãe não queria ela, daí a minha mãe ia dá a minha irmã, só que aí a minha madrinha viu que ela ia dá e pegou pra criá e ela tá com ela até hoje, a minha irmã já tá com uns 20 e poucos anos, já tem até um filhinho e mora com a minha madrinha até hoje, ela tem o marido dela, na verdade o segundo marido, porque o primeiro morreu, daí ela arrumo outro e agora tá grávida desse.

Ele e a madrinha têm um bom relacionamento, apesar de ele alegar que não se dá bem com o marido da madrinha:

Sim, porque a minha madrinha sempre... já conhece porque ela é da família e ela já conhece como é que é lá, daí ela sempre me entendeu, quando eu ligo sabe? ela sempre me atende e o meu padrinho, quando ele atende, ele desliga.

A família de L. tem histórico parecido com a dos outros: *“Eu morava lá na Alvorada, no Úmbu, lá com a minha mãe, aí a gente foi morá lá na casa da minha tia”*. Tem seis irmãos. O pai não morava com eles. O cunhado, namorado de uma das irmãs, era quem tentava ser a imagem masculina da casa, mas esta não foi uma tentativa bem aceita por L.:

É que naquele tempo minha mãe e meu pai não se davam muito e eu não me dava muito com o meu cunhado, o namorado da minha irmã, a gente brigava muito, eu não era bem educado, eu era adolescente, mas hoje nós já somo adulto. Porque ele queria mandá na gente, queria fazê as coisa e que a gente baxasse a cabeça, mas um dia eu pensei que ele ia vim e eu não ia aceitá, vô tê que fazê alguma coisa, porque ele tinha uma maldade.

L. conta que ainda pequeno também passou a morar com a tia, que não tinha filhos, e a avó materna: *“A minha mãe largô a gente com a minha tia quando eu tinha 7ano, ela foi pro serviço e não voltô e a minha tia não tem filho[...]Minha tia saiu de Alvorada, vendeu a casa e veio morá com a minha vó”*.

A história de R. não é diferente, pois mora com a avó desde pequeno: *“Eu morava com a minha vó, minha vó foi quem me criou desde pequeno”*. Ele nunca conheceu o pai biológico, somente o padrasto, que foi quem o registrou: *“O meu pai eu não conheço e a minha mãe morava em outro lugar. A minha vó criô eu, minha prima e meu outro irmão”*. Só passou a morar com a mãe aos 11 anos, quando ela veio morar em Porto Alegre. No entanto, R. atribui o início de seu interesse pela rua a partir desse período: *“Daí eu comecei a morá com ela, só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo,*

se eu faltasse o coléjo, a minha vó me batia, me dexava de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz [...] Porque ela nunca se preocupô e a minha vó sempre corria atrás de mim, mas eu não dava bola”.

R. também tem seis irmãos. Atualmente, não tem conhecimento de como está sua família e pondera: *“Se eles quisessem me vê eles já teriam me procurado. Eles cortaram até o telefone pra mim não ligá mais pra lá. [...] Eu ligo pra lá e dá número inexistente”.* Também não teve muita convivência com o padrasto e fala do difícil relacionamento com a mãe:

Porque ele só vinha em véspera de alguma coisa, no natal, tipo assim, aí ele ficô de vim no ano novo, só que ele não veio, aí depois eu nunca mais vi ele. Se eu soubesse onde ele trabalha, eu ia lá falá com ele. E ainda quando ele ia lá em casa ele ficava num bar, ele gostava de ficar do jeito que ele quisesse, era num bar, ele tomando a cerveja dele e a gente tomando refri, tava sempre chapado, mas esse é o pai que me registrô, porque o meu pai biológico eu nunca conheci [...] Porque a minha mãe achava que eu era doente, que eu tinha uma doença, como é o nome, leucemia, aí ela me deu pra minha vó. Minha vó foi me buscá. E a minha mãe nunca me falô do meu pai. Às vez tava tudo bem, aí começava a bebe e discuti. Porque a maioria dos meus irmão nunca moraram com a gente, sempre iam embora com os pais.

Podemos dizer que as famílias de G., D., L. e R. apresentam vários traços característicos das famílias de baixa renda: “A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres ‘chefes de família’ é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas” (SARTI, 1996, p. 68). Embora as mães desses jovens tenham tido vários companheiros, percebemos que foram sempre elas que permaneceram como adultos de referência da família. A partir daí, “O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis, transferidos para fora do núcleo conjugal. Nesses casos, além dos familiares consangüíneos, tem papel importante a instituição do compadrio” (SARTI, 1996, p. 68). Isso fica evidente quando, a partir de certa idade, os jovens passam a residir com os avós ou padrinhos:

Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres é, mais uma vez, necessário diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos [...] Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma

responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida (SARTI, 1996, p. 77).

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, o que amplia essa rede para fora do núcleo familiar. Nessa situação, os conflitos entre pais e filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar seus filhos, ou alguns deles, para criar, ainda que temporariamente. As crianças são, então, confiadas a outra mulher, normalmente da rede consanguínea da mãe, como é o caso de D. e L.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, como no caso de G., prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte do que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior, que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade. No entanto, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam.

Família

A família pode ser entendida como uma referência, a qual possui códigos de obrigações próprios, sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre o indivíduo e o mundo. É possível imaginar, então, como fica esse elo quando o sujeito não é bem-vindo em uma família desde o seu nascimento. Muitas famílias de baixa renda não têm o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. Nessas condições, uma pessoa a mais na família pode representar a privação de outros recursos: “Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral” (SARTI, 1996, p. 62).

A maioria das famílias das quais provêm os meninos de rua é chefiada por mulheres com pouca qualificação profissional e/ou com muitas crianças. Os relatos de nossos quatro jovens demonstram isso claramente. Este foi um dos pontos que mais me

chamou a atenção durante a realização da pesquisa: as histórias dos jovens, em certos momentos de suas vidas, pareciam repetir-se.

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina, uma vez que a pobreza afeta, via de regra, a moral e o papel de provedor do homem na família. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. Lopes e Gottschalk (1990) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas a famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sarti (1996), percebe-se que, na maioria dos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade e a mulher pode assumir efetivamente o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. No entanto, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina, tal como evidencia o relato de R.:

Um poço a minha mãe falava que não tinha condição de criá eles. Porque a minha vó sempre batalhô, ela criou três sem ajuda, sem nada, agora que ela tá tendo uma ajuda, mas antes ela não tinha. E eu acho que se ela tivesse como criá os otros filhos da minha mãe ela criava. Mas a minha mãe não tem sentimento pelos filho porque... porque dá pra outro cuida? Eu não tiro a razão dela, mas acho que se fosse eu, eu não dava.

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Entretanto, não é o que percebemos ter ocorrido com as famílias de nossos quatro jovens. Seus relatos chamam a atenção para as atitudes “relapsas” de suas mães:

Porque quando eu crescer na vida eu vô lá na minha mãe e ela vai vê que eu não to robando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho, porque se eu ficá em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família, não tem nada pra mim (G.)

Segundo Peralva (2007, p. 15), “escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela

passa a ser objeto no seio da família”. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera. Para L., família é *“a mesma coisa que escola. Onde um falha na família, todos falham”*.

Se a comunicação na rede de parentesco revela o papel crucial da mãe, conforme observa Woortmann (1987), isso não significa a “centralidade” da mulher na família, mas o cumprimento de seu papel sexual, de mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que não exclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens que não o pai.

Contudo, as relações com as figuras masculinas que permearam suas vidas sempre foram marcadas pela violência: o namorado de uma das irmãs de L. o agredia; o padrasto de G. agredia a ele e aos irmãos; o pai e o padrinho de D. eram violentos com os filhos; e o padrasto de R. não lhes dava importância, numa espécie de violência desvelada (ignorar alguém). Segundo D.:

Eu só não tô em casa por causa do meu padrinho, por causa que ele é muito brabo, porque ele fala muita coisa assim, aí ele já se irrita, já começa a querê briga [...] desde pequeno sempre andando na rua aí, quando a gente voltava pra casa, a gente já conhecia a maldade da rua, daí o meu pai vinha me batê e eu já não aceitava mais, tinha uns 8, 9 anos.

D. diz que a ele não interessa saber notícias dos pais. A meu ver, o fato de eles não trabalharem, viverem da mendicância, usarem drogas e não manifestarem interesse pelos filhos contribuiu para o desinteresse de D.

Percebemos, ainda, que em nenhum dos casos os jovens tiveram uma referência masculina positiva em suas vidas, seja de tios, seja de padrinhos ou avôs. Nos relatos, aparece-nos sempre a figura da avó, mas nunca a do avô, dado que indica ser muito provável que suas mães tiveram a mesma instabilidade conjugal que as avós.

Identidade

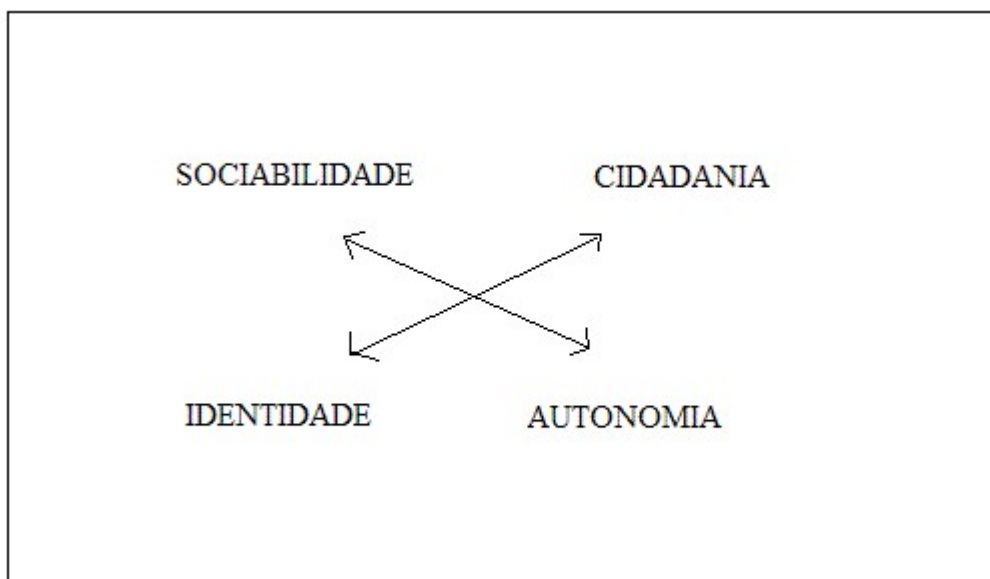


Figura 1. Socialização do sujeito

Fonte: da autora.

A Figura 1 ilustra que a sociabilidade influencia a construção da autonomia, assim como a constituição da cidadania influencia a construção e a reconstrução da identidade do sujeito. Além disso, o “ser cidadão” influencia a autonomia do sujeito, a sua sociabilidade e a construção de sua identidade. Todos os fatores se inter-relacionam e influenciam entre si.

A família é uma referência simbólica para a identidade dos sujeitos, especialmente para os pobres, tanto dentro quanto fora de casa. Segundo Sarti (1996, p. 22), “A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social”. E a autora prossegue:

A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo (SARTI, 1996, p. 52-53).

Estudos sobre os pobres urbanos ressaltam a importância da casa como referência básica na constituição de sua identidade social. Assim, na (des)ordem da casa ou do

corpo estariam as marcas dos moradores de rua.

Trabalhamos aqui com identidades sociais, ou seja, aquelas que são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes: elas estão sempre se estruturando e reestruturando. É pela relação com o outro e em oposição ao outro que construímos nossa identidade.

Na sociedade capitalista urbana, convivemos diariamente com os apelos da sociedade de consumo – consumo este do qual várias famílias de baixa renda não podem usufruir. Por conviverem em um espaço repleto de apelos ao consumo, tornam-se expostos às aspirações e aos desejos que esse meio cria, podendo tornar-se insatisfeitos e frustrados. Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem sua identidade social positivamente:

Neste processo relacional que constitui a construção da identidade social dos pobres, no qual há identificação – pela necessidade de afirmação de um grupo de referência – e diferenciação – pela necessidade do contraste para sua definição positiva, a constante oposição, o contraste a que nos referimos, opera como um mecanismo estrutural. Não são, entretanto, os termos que se opõem, mas é a oposição que define os termos. Não é o bandido que se opõe ao trabalhador, o marginal ao homem de bem, a puta à mulher honesta, mas é a oposição que precede e define os termos, porque a oposição é constituinte desse processo relacional de construção de identidades sociais. Essa formulação diz respeito a uma análise estrutural (SARTI, 1996, p. 135).

Existe uma pluralidade de referências que delimita a identidade social dos pobres urbanos, assim como uma lógica de oposições que corresponde a um mecanismo estrutural de construção de suas representações e de sua identidade social. Embora essa lógica de oposições, que preside as relações entre iguais, seja própria do processo de construção de identidades sociais, não sendo específica nem dos pobres nem da sociedade de classes em que vivem, transfigura-se, neste caso, num mecanismo que procura responder à particularidade de sua situação na sociedade desigual onde vivem. O processo relacional de construção de sua identidade social opera, então, como ideologia – noção que envolve relações desiguais de poder quando se trata da sociedade capitalista – num mecanismo de relativização e de compensação por sua localização como “pobres” nessa sociedade.

Cabe, então, possibilitar às classes de baixa renda a constituição de uma identidade positiva e da noção de dignidade própria, lhes oportunizando ainda a construção de uma identidade pessoal, de privacidade, individualidade e autonomia, não

confundindo aqui individualidade com individualismo.

Pierre Bourdieu (1996), acerca dos trabalhos que realizou na década de 1980 na França sobre a gênese do Estado e sua relação com os cidadãos e a economia dos bens simbólicos, escreve sobre os campos de produção da cultura, trabalhando, entre outros assuntos, com as chamadas “marcas intelectuais”. Para ele, uma trajetória de vida é previsível de acordo com a origem social do indivíduo, que terá um “espaço de possíveis”. A pessoa orienta-se em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas e, com frequência, de maneira inconsciente. Para o autor, há uma correspondência entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais.

Considerando a noção de trajetória, Bourdieu (1996) reflete em seu texto sobre a ilusão biográfica acerca do nome próprio como fator constitutivo da identidade. Questionamos como fica, então, a constituição da identidade desses jovens que vivem nas ruas, muitas vezes sem sobrenome e nem mesmo um nome próprio. Para Bourdieu (1996),

Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 186).

Lemos (2002), acerca do trabalho que realizou com jovens moradores de rua de Porto Alegre, afirma que:

Assim, entre os codinomes e apelidos que adquirem na rua, o local em que se identificam aparece como um sobrenome. Tanto há quem assina “Jorge M.S.”, que não é sobrenome, mas quer dizer Morro Santana, quanto há o “Marcos da Praça XV”, a “Ritinha da Ponte”, o “Luizinho do Postão” (Posto de Saúde da Vila Cruzeiro) e o “Zeca City” (LEMOS, 2002, p. 49).

O nome próprio seria a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais, que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. Como instituição, além das variações de lugar e de momento, o nome próprio assegura a constância nominal, o ato de identificar-se consigo mesmo (BOURDIEU, 1996).

Desta forma, podemos dizer que os jovens reelaboram suas identidades pessoais e

coletivas substituindo os sobrenomes familiares que lhes foram negados por outros nomes que expressam suas experiências com os lugares e os sujeitos da cidade. A cidade passa, então, a ser a “nova família ampliada”, enquanto seus espaços vividos emprestam “sobrenomes” aos sujeitos.

Autonomia e cidadania

Alba Zaluar (1994, p. 185), em seu livro *Cidadãos não vão ao paraíso*, define a ideia de cidadania completa como “feita de direitos múltiplos e de responsabilidades para com os outros. A exclusão dos deveres monta uma perversão da noção de direito, à qual falta a autonomia e a iniciativa dos que o detém”.

Uma das grandes discussões sobre a constituição de cidadania de crianças e adolescentes ocorre acerca de que eles teriam somente direitos e nenhum dever, herança de uma prática assistencialista que ainda perdura. Ao concluirmos que eles não são capazes de se desenvolverem sozinhos, prejudicamos a construção de sua própria autonomia. Zaluar (1994) alerta que

A tendência a colocar os “menores” no papel de vítimas permanentes da sociedade, entidade abstrata de cujos grupos e mecanismos reais nunca se precisou, gerou uma excessiva condescendência com suas atividades destrutivas e com a suposta liberdade que teriam nas ruas, onde justamente são alvo dessa violência e do crime organizado, que os usa como mão-de-obra barata e bucha-de-canhão (ZALUAR, 1994, p. 199).

Pode-se dizer, então, que as crianças e os jovens de famílias de baixa renda vivem uma “cidadania limitada”, ou seja, baseada nos deveres ou nos direitos parcelados. São negadas “as responsabilidades sociais e éticas dos jovens pobres com os outros, também fundamentais na definição de cidadão, para o qual a civilidade no tratamento do outro tornou-se parte constituinte em séculos de vida urbana”(ZALUAR, 1994, p. 186).

No entanto, não se pode esperar que crianças e jovens, principalmente os de baixa renda, reivindicuem seus direitos nos espaços que convivem, como a escola, a família e os locais destinados ao atendimento à saúde. Isso não tem sentido, pois, devido à sua própria condição de sujeitos ainda em formação, eles devem ser instruídos e encaminhados para serem atendidos. Nosso objetivo de educadores está relacionado à abertura de caminhos e horizontes que, depois, eles mesmos explorarão.

Segundo Paiva (1992), apenas 1/3 dos jovens dos 15 aos 18 anos está na escola e

outro terço não trabalha nem estuda, justamente em uma faixa de idade em que se definem escolhas pelo futuro profissional. É necessário tornar mais eficaz a socialização desses jovens, “que implica o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos alheios, base da cidadania, e a formação profissional que daria melhores oportunidades à vida nessa sociedade da qual fazem parte” (ZALUAR, 1994, p. 41).

A cidadania é associada, sobretudo, ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, quem não trabalha não é cidadão. Todavia, para o pobre o trabalho não é algo que se escolhe: é como um destino ou um dever, como se fosse natural:

É conhecido o fato de que o jovem quer trabalhar para sentir-se independente, livre, para criar sua própria identidade fora da família de origem, além de ser o único meio de responder aos apelos da sociedade de consumo que não podem ser financiados por seus pais (ZALUAR, 1994, p.43).

Para os jovens, é essencial a convivência em grupo, pois esta enriquece a construção de sua cidadania, seja na escola, nas oficinas de capacitação profissional ou até mesmo no grupo de amigos. A participação na escolha das regras que comandarão as relações interpessoais e nas decisões sobre o que fazer com o produto do trabalho compõe princípios de concretização da cidadania. Durante o trabalho de campo, vários foram os relatos dos meninos que queriam participar da construção de algumas regras do albergue onde dormiam. Julgavam necessário, também, que eles tomassem as decisões sobre como organizar o trabalho na oficina de papel reciclado, assim como a participação nos lucros.

Há uma necessidade latente desses jovens em participar, em poder opinar sobre as regras dos locais que frequentam no dia a dia, como a escola e o albergue. Um dos jovens chegou a pedir minha ajuda para que se organizasse uma assembleia no albergue onde eles pernoitam. Sugerí que ele próprio poderia conversar com a direção da instituição e propor a realização da assembleia. Contudo, houve casos também nos quais os jovens não procuravam atendimento médico quando necessitavam, porque achavam que alguma outra pessoa teria que os acompanhar, como se entendessem não serem possuidores do direito de receber um atendimento médico.

Conclusões Gerais

A posição relativista foi proposta para pensar como trazer a palavra ou a cultura do silenciado partindo de um projeto de convivência da humanidade em termos mais tolerantes em uma ordem mundial mais democrática e pluralista. Desta forma as pesquisas nas ciências sociais tem de incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma.

Ao realizarmos este trabalho e alertando-nos para a importância dada por esses jovens às suas famílias concluímos que o sistema transfere para o grupo familiar parte de suas irracionalidades, isto é, o próprio custo social da transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido, de capital de composição orgânica mais alta.

Percebemos que nossos jovens, ao integrar-se no mundo do ter e do parecer, também afirmam os valores próprios dessa sociedade, reafirmando os valores da sociedade de consumo. Percebemos também que a deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência. Nosso objetivo aqui não é o de questionar como os valores desses jovens se constituíram, mas sim de tentar entender como eles se constituíram.

Não há como deixar de fazer alguns comentários sobre dois assuntos que permearam as nossas entrevistas: o uso de drogas e as instituições de abrigagem.

O que pudemos notar é que as mães de todos os jovens eram alcoolatras e/ou usuárias de drogas. Não que o fato de eles terem usado seja uma consequência do uso das mães, mas todos eles também acabaram tornando-se usuários. Dos nossos quatro entrevistados, três ainda são usuários, mas confessam ter diminuído muito a quantidade consumida.

L. ficou algum tempo em uma fazenda para desintoxicação devido ao uso de drogas e passou por vários abrigos. R. morou três anos em um Centro de Recuperação para usuários de drogas. G. morou em vários abrigos até os quinze anos de idade. E, D. morou em dois abrigos também. O que eles tem em comum é que nunca conseguiam permanecer muito tempo nos abrigos, no máximo dois meses.

Infelizmente não foram poucas as vezes, quando ainda trabalhava como

educadora social que escutei a solicitação para “recolher” os meninos/as de onde estavam, como se fossem um saco de lixo. Esta percepção da sociedade deixa a entender que os meninos/as que vivem nas ruas não são humanos, ou seja, não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo e, por isso, não são considerados cidadãos. Nos relatos, percebemos que há um desejo constante de nossos jovens de se integrarem ao modelo de consumo. Deixam a entender que se pudessem adquirir mais tênis, roupas, acessórios sua auto-estima seria favorecida.

Portanto, percebemos que se a rua representa violência e perigo para as famílias e a sociedade em geral, então quem vive nela passa também a representar esses atributos, de violento e perigoso.

Nossos jovens, em geral, possuem carências de ordem emocional e familiar, contudo, o que mais me chamou a atenção é que mesmo eles terem enfrentado grandes conflitos e dificuldades em suas trajetórias de vida ainda permanecem com um grande desejo de que o futuro seja melhor do que o passado.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **É possível mudar**: a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CRAIDY, Carmem Maria. **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra**: Etnografia das Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GREGORI, Maria Filomena. **Meninos de rua e instituições**: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.
- LEMOS, Miriam Pereira. **Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre**. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- LOPES, Juarez Brandão; GOTTSCHALK, Andréa. **Recessão, pobreza e família**: a década mais do que perdida. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, São Paulo, v. 4, n.1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa, qualidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: R. LORDELO, A. M. Carvalho; KOLLER, S. H. (orgs). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA, 2002.

RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas**: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

ROBBE-GRILLET, Alain. **Le miroir qui revient**. Paris: Minuit, 1984.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.